



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 3640/2012

PROCEDIMENTO MPF 1.04.004.000232/2010-11

ORIGEM: PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

PROCURADOR REGIONAL OFICIANTE: PAULO MAZZOTTI GIRELLI

RELATORA: LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO. ART. 62, IV, DA LC N. 75/93. PRESTAÇÃO DE CONTAS AINDA NÃO APRECIADA. ARQUIVAMENTO PREMATURO. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO MEMBRO OFICIANTE PARA PROSSEGUIR NO FEITO. APLICAÇÃO DE DECISÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MPF.

1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para acompanhar convênio celebrado entre prefeitura municipal e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

2. O Procurador Regional da República oficiante promoveu o arquivamento por entender que, diante da aprovação formal da documentação apresentada e da ausência de indícios de irregularidades, não haveria elementos que autorizassem a persecução penal.

3. Verifica-se que, apesar de as contas terem sido prestadas no prazo e com a regularidade formal atestada pelo FNDE, este ainda não procedeu ao seu exame definitivo.

4. Então, considerando que este procedimento foi instaurado unicamente para acompanhar o convênio em questão, não se mostra adequado o seu arquivamento antes do principal objetivo pelo qual foi instaurado, que é justamente verificar se houve a regular aplicação das verbas públicas federais objeto do acordo.

5. Desse modo, diante da pendência da análise da prestação de contas, o arquivamento ainda é prematuro.

6. Não homologação do arquivamento e devolução dos autos ao Procurador Regional da República oficiante, membro do extinto NAOR/PRR 4ª Região para o qual foi distribuído este procedimento, a fim de que ele acompanhe a prestação final de contas – medida essa em conformidade com o que deliberou o CSMPF, na 5ª Sessão Ordinária, de 1º/06/2010 (Relator Conselheiro Eugênio Aragão, PA n. 1.00.001.000063/2010-81 e PA n. 1.00.001.000046/2010-43).

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para acompanhar o **Convênio n. 842060/2006**, celebrado entre a Prefeitura de São Jorge d'Oeste/PR e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com o objetivo de conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações destinadas à melhoria da infraestrutura da rede física escolar.

O Procurador Regional da República oficiante promoveu o arquivamento por entender que, diante da aprovação formal da documentação apresentada e da ausência de indícios de irregularidades, não haveria elementos que autorizassem a persecução penal (fls. 36-38).

Os autos foram, então, remetidos a esta 2ª Câmara, com base no art. 62, inciso IV, da LC n. 75/93.

Esse foi o breve relatório.

Entendo que o arquivamento é prematuro, com a devida vênia ao posicionamento do Procurador Regional da República oficiante.

Verifica-se que, apesar de as contas terem sido prestadas no prazo, ainda não se procedeu ao exame da regular aplicação dos recursos transferidos ao município.

Conforme a Instrução Normativa n. 01/1997¹ da Secretaria do Tesouro Nacional, a análise das prestações de contas é realizada em três etapas: “a) *Análise formal da prestação de contas...* b) ***Análise técnica...*** e c) ***Análise financeira, por meio do qual se examina a correta e regular aplicação dos recursos do convênio...***”.

Da análise dos autos, verifica-se que essa última etapa, de análise financeira, ainda não foi devidamente analisada pelo órgão concedente, razão pela qual ainda não é possível concluir se houve ou não a regular aplicação dos recursos transferidos.

Então, considerando que este procedimento foi instaurado unicamente para o acompanhamento do convênio em questão, não se mostra adequado o seu arquivamento antes do principal objetivo pelo qual foi instaurado, que é justamente verificar se houve a regular aplicação das verbas públicas federais objeto do acordo.

Outro ponto a se observar é que o Conselho Superior do Ministério Público Federal, ao apreciar os procedimentos PA n. 1.00.001.000063/2010-81 e PA n. 1.00.001.000046/2010-43, decidiu pela aprovação da Resolução PRR4 n. 01/2010, com a ressalva apenas da “*locução 'até a manifestação seguinte'*”

¹Art. 28. O órgão ou entidade que receber recursos, inclusive de origem externa, na forma estabelecida nesta Instrução Normativa, ficará sujeito a apresentar prestação de contas final do total dos recursos recebidos, que será constituída de relatório de cumprimento do objeto, acompanhada de:

[...]

Art. 31. A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o ordenador de despesa da unidade concedente, com base nos documentos referidos no art. 28 e à vista do pronunciamento da unidade técnica responsável pelo programa do órgão ou entidade concedente, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para pronunciar-se sobre a aprovação ou não da prestação de contas apresentada, sendo 45 (quarenta e cinco) dias para o pronunciamento da referida unidade técnica e 15 (quinze) dias para o pronunciamento do ordenador de despesa.

§ 1º A prestação de contas parcial ou final será analisada e avaliada na unidade técnica responsável pelo programa do órgão ou entidade concedente que emitirá parecer sob os seguintes aspectos:

I - técnico - quanto à execução física e atingimento dos objetivos do convênio, podendo o setor competente valer-se de laudos de vistoria ou de informações obtidas junto a autoridades públicas do local de execução do convênio;
II - financeiro - quanto à correta e regular aplicação dos recursos do convênio.

[constante do art. 26 da Resolução PRR4 n. 01/2010], a fim de se garantir a manutenção da titularidade dos feitos já distribuídos, a menos que acordos específicos, absolutamente consensuais, permitam a troca de feitos de forma compensatória” (CSMPF, por maioria, Relator Conselheiro Eugênio Aragão, 5ª Sessão Ordinária, de 1º/06/2010).

Em outras palavras, o Conselho aprovou as mudanças na distribuição dos feitos introduzidas pela Resolução PRR4 n. 01/2010, no âmbito da Procuradoria Regional da República 4ª Região, retirando apenas um comando do texto original do art. 26 da referida resolução – o trecho “até a manifestação seguinte”. **A ressalva teve o objetivo de garantir que os procedimentos já distribuídos antes da edição da referida resolução permanecessem na titularidade dos respectivos membros, preservando-se a sua atribuição para prosseguir nos feitos, independentemente de haver uma “manifestação seguinte”.**

Então, em conformidade com a referida deliberação do Conselho Superior, faz-se necessária a devolução dos autos ao Procurador Regional da República Paulo Mazzotti Girelli, membro do extinto NAOR/PRR 4ª Região, para o qual foi distribuído inicialmente este procedimento, a fim de que seja preservada a sua atribuição para prosseguir no feito.

Portanto, voto pela não homologação do arquivamento e pela devolução dos autos ao Procurador Regional da República oficiante, para que acompanhe a prestação final de contas.

Brasília-DF, 22 de outubro de 2012.

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Procuradora Regional da República
Suplente – 2ª CCR/MPF

RLF